

BOLETIM 374

Brasília, 21 de junho de 2017

FST define estratégia para mobilização dia 30 de junho contra retrocessos do governo Temer

Sob a coordenação do presidente da CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos, Artur Bueno de Camargo, reuniu-se nesta quarta (21), em Brasília, o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), com a presença de representantes de várias confederações nacionais laborais.

Na ocasião, o Fórum traçou uma estratégia de participação na mobilização e paralisação prevista para o próximo dia 30 de junho contra o desmonte da legislação trabalhista e o retrocesso na aposentadoria dos trabalhadores. O FST pretende fortalecer, principalmente, a ação das bases sindicais que tem um papel fundamental na organização do protesto, assim como foi na última greve geral.

Discutiu-se, também, a intensificação do trabalho de base, principalmente junto aos senadores da República, com relação ao projeto que altera a CLT e que foi rejeitado no dia ontem na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Todos foram unânimes em avaliar a importância da vitória e da necessidade de intensificar o contato com todos os senadores em suas bases eleitorais.



A reunião do FST aconteceu na sede da CNTA, em Brasília

Nesse sentido, será recomendado às entidades de base a realização de eventos nas câmaras municipais com os senadores para debater a “reforma” trabalhista.

O FST somou-se, também, à denúncia formulada por várias entidades sindicais no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no sentido de repudiar todos os projetos governamentais que retiram direitos e que estão tramitando atualmente no Congresso Nacional, principalmente as “reformas” trabalhista e da Previdência.

Outra decisão do Fórum foi de reiterar junto ao Ministério do Trabalho o interesse da entidade em participar da composição do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), conforme compromisso assumido pelo ministro em reunião realizada no início do ano na sede da CNTI, em Brasília.

Estavam presentes à reunião do FST as seguintes confederações: CNTI, CNTC, CNTA, CONTRICOM, CONTAG, CONTRATUH, CNTM, CSPB COBAP, CNPL, CNNTT, CNAPI, CONATEC, além das advogadas dra. Zilmara Alencar e dra. Carla.



Mazinho (segundo da esq. para a dir.) durante a reunião do FST. Artur Bueno de Camargo, na cabeceira da mesa, coordenou os trabalhos

Mazinho: o movimento sindical precisa recuperar a credibilidade nas bases para fortalecer a sua luta

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, durante a reunião, chamou a atenção dos presentes para “a necessidade urgente do movimento sindical reconquistar sua confiança junto aos trabalhadores de base”.

Segundo ele, “antigamente, os dirigentes sindicais estavam muito mais presentes no chão das fábricas do que nos dias de hoje, onde infelizmente o que vemos é uma ação muito burocrática e uma preocupação com as questões materiais da entidade, o que é importante, é lógico, mas a prioridade tem que ser o contato

permanente com os trabalhadores, que agora estão tão ameaçados pelas reformas do governo”.

Mazinho avalia que “nessas horas em que precisamos da mobilização de nossas categorias, é fundamental recuperar a credibilidade de nossas entidades, o que se faz principalmente com trabalho. Trabalho nas fábricas, nos canteiros de obra, nos escritórios, nas escolas, nos hospitais, enfim, onde o trabalhador está”.

O presidente da CONTRICOM criticou, ainda, o fato de “muitas vezes o movimento sindical fica atrelado a interesses políticos ou até partidários, o que acaba comprometendo a sua luta”, citando como exemplo “o caso do deputado Paulinho, da Força, cuja atuação é focada em seu grupo e não no coletivo dos trabalhadores”, argumentou, lembrando que isso acontecia também no governo anterior quando o PT e a CUT tinham forte influência no Ministério do Trabalho.

“Com isso – acrescentou Mazinho, entra governo, sai governo e não somos ouvidos para nada. Vejam a situação da composição do Conselho Nacional do Trabalho que representa um espaço muito importante para nós: o ministro assumiu um compromisso conosco e até agora nada. Nem o FST nem a CONTRICOM e, pelo que sei, nenhuma confederação, foram contemplados e isso é fundamental porque nós sabemos que as centrais sindicais não conseguem expressar os verdadeiros interesses das confederações e das categorias que elas representam”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Lido parecer da reforma trabalhista na CCJ do Senado. Votação deve ser na próxima semana

O relator da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), fez a leitura, na manhã desta quarta-feira (21), de parecer favorável à proposta aprovada pela Câmara dos Deputados.

Durante a sessão, partidos de oposição ao governo Michel Temer tentaram adiar a análise da reforma na Comissão.

O plano de Jucá é apresentar o parecer nesta quarta-feira e votar o texto na comissão na próxima quarta-feira (28). No início da sessão, porém, parlamentares da oposição fizeram questionamentos sobre o andamento dos trabalhos no colegiado.

Embates - Os opositoristas reclamaram que nenhuma audiência pública foi feita para debater a constitucionalidade do projeto. Eles solicitaram o agendamento desses debates antes da votação do texto na comissão.

A reunião teve momentos de embate entre senadores. Demonstrando irritação, Jucá chegou a afirmar: “Por que não vota logo [o relatório] para vocês derrotarem a gente? Vocês não têm voto?”, disse.

“Vossa excelência tem que ter respeito na discussão”, respondeu a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Na terça (20), o governo sofreu uma derrota ao ter um relatório favorável à reforma trabalhista rejeitado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). No lugar, foi aprovado um relatório alternativo,

[do senador Paulo Paim (PT-RS), que recomenda a total rejeição da matéria.

Antes de ter passado pela CAS, a reforma foi tramitada também na Comissão de Assuntos Econômicos, que aprovou um parecer favorável ao texto.

De acordo com a Mesa Diretora do Senado, os relatórios das três comissões vai servir como orientação para a votação no plenário da Casa, que vai dar a última palavra sobre aprovação ou rejeição da reforma trabalhista.

Acordo - Na negociação entre os senadores da base e da oposição, ficou definido que uma audiência pública será feita na terça-feira (27). Na quarta, está prevista a leitura de votos em separado, a discussão e o encaminhamento pelos parlamentares, além da votação do parecer na CCJ, mantendo o plano do governo.

Derrota 'significa zero' - Após a leitura do relatório, Jucá foi questionado por jornalistas sobre a reação do mercado financeiro ao resultado contrário à reforma na CAS. O dólar subiu e a bolsa de valores teve uma queda após a votação.

A previsão de governistas é de que o plenário do Senado vote a reforma trabalhista na primeira semana de julho.

O líder do PT, Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou que a oposição aposta em uma eventual denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Temer para derrubar a reforma trabalhista.

“Isso vai sensibilizar muito os senadores [...]. Temos uma hora em que o senador começa a pensar nas eleições do próximo ano. Hoje é muito duro apoiar o Temer e as reformas. A denúncia do Janot não é qualquer coisa. São fatos muito graves”, opinou.

Fonte: G1

Rejeição da reforma trabalhista em comissão do Senado repercute no Plenário da Câmara

A rejeição da reforma trabalhista nesta terça-feira (20) pela Comissão de Assuntos Sociais, do Senado, repercutiu na Câmara. O colegiado derrotou parecer do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), por 10 a 9, e aprovou o voto em separado do senador Paulo Paim (PT-RS), que recomenda a rejeição do texto do Poder Executivo aprovado pelos deputados.

Durante sessão extraordinária no Plenário da Câmara, parlamentares da oposição e da base governista apresentaram nesta tarde avaliações divergentes sobre a votação na comissão do Senado.

Os deputados Pedro Uczai (PT-SC), Assis Mello (PCdoB-RS) e Ivan Valente (Psol-SP) comemoraram o resultado.

“Preparem-se para a greve geral do dia 30. Se não passa a reforma trabalhista, não passa a da Previdência, que precisa de mais votos”, avaliou Valente. Como se trata de uma Proposta de Emenda à Constituição, a reforma da Previdência exige, para ser aprovada, 308 votos na Câmara e 49 no Senado.

Durante a viagem que faz à Rússia, o Temer afirmou, ao comentar a derrota da reforma trabalhista. “Isso é muito natural. Passa por várias comissões, ganha numa perde na outra. O que importa é o Plenário”, disse Temer a jornalistas.

Fonte: Agência Câmara



Sindicalismo unido faz passeata e panfletagem no Centro de São Paulo

As Centrais Sindicais promoveram na manhã desta terça (20) manifestação, passeata e panfletagem pelas ruas do Centro de São Paulo. Foi o início do Esquenta Greve Geral na capital paulista, que terá manifestações durante todo o dia contra as reformas neoliberais de Temer.

Os manifestantes se concentraram na Praça do Patriarca e seguiram pelo Centro Velho, abordando as pessoas e explicando as maldades das reformas propostas pelo governo.

O Esquenta Greve Geral está ocorrendo em todo o País, nas principais capitais brasileiras. O sindicalismo também promoveu atividades em vários aeroportos, para sensibilizar os parlamentares que embarcavam para Brasília.

Ainda em São Paulo, às 17 horas, ocorreu o Ato Político na Praça da Sé; e, às 18h30, o “Arraiá Contra as Reformas” esquentou o final de tarde dos paulistanos, com shows e apresentações culturais.

Reunião - As Centrais se reúnem na sexta (23), na sede do Dieese, para avaliar o esquentado e traçar os próximos passos no combate às reformas.

Fonte: Agência Sindical



Relator propõe adiar fim das desonerações sobre folha de pagamento

O senador Airton Sandoval (PMDB-SP) propôs adiar o fim das desonerações de contribuições previdenciárias de julho de 2017 para janeiro de 2018. O fim das desonerações da folha de pagamento consta da Medida Provisória 774/2017, da qual ele é o relator na comissão mista que analisa a matéria. A MP acaba com a permissão para o recolhimento com base nas receitas brutas das empresas, que voltarão a contribuir sobre a folha de pagamentos.

A decisão sobre a MP ficará para a próxima semana, depois da leitura do relatório de Sandoval, ao qual foi concedida vista coletiva. A ideia é que até lá o relator e o governo possam chegar a um acordo sobre a matéria, que o Executivo considera importante no esforço de ajuste fiscal. Airton Sandoval, no entanto, demonstrou preocupação com o impacto da medida sobre os níveis de emprego.

O senador defende a manutenção do benefício pelo menos para os setores inicialmente contemplados com a desoneração, em 2011: tecnologia da informação, teleatendimento, calçados e vestuário. A estimativa dos empresários ouvidos pela comissão mista que analisa a MP é de 280 mil desempregados com o fim da desoneração apenas nesses setores. O relatório também mantém o benefício para indústrias de defesa.

Fonte: Agência Senado

TRT3: Trabalhador com jornada de mais de 13 h diárias será indenizado

Um trabalhador que cumpria jornada extensa na distribuidora de bebidas onde trabalhou por mais de dois anos conseguiu obter o direito a uma indenização por dano existencial no valor de R\$ 10 mil. A decisão é da 4ª Turma do TRT de Minas, ao reformar a sentença que havia indeferido o pedido.

A juíza sentenciante reconheceu que a jornada trabalhada era de segunda a sábado, das 7h às 20h30 min, com 15 minutos de intervalo. Por esta razão, condenou a distribuidora ao pagamento de horas extras, mas indeferiu a reparação por dano existencial, pretendida com base no mesmo contexto. No entanto, ao julgar o recurso apresentado pelo trabalhador, a desembargadora Paula Oliveira Cantelli chegou à conclusão diversa. Dando razão aos argumentos apresentados na inicial, entendeu que o cumprimento de uma jornada diária de mais de treze horas prejudicava a capacidade do trabalhador de exercer as demais funções da vida em sociedade. Considerando o período de sono do homem médio de 8 horas por dia, ponderou que restavam a ele duas horas e 30 minutos para as demais atividades, como, higiene pessoal, deslocamento casa-trabalho-casa, convívio com a família e os amigos, estudos, dentre outros.

A decisão amparou-se na Constituição Federal, que reconhece como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a



previdência social, entre outros. Ainda conforme registrado, a Constituição limita a jornada a oito horas e a carga semanal a 44 horas. Já a CLT dispõe, no artigo 59, que "a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas)". De acordo com ela, trata-se de norma de interpretação restritiva e limitadora e que tem por objetivo a proteção da saúde do trabalhador.

A julgadora deu provimento ao recurso para deferir a reparação por dano existencial. A indenização foi arbitrada em R\$10 mil, valor considerado apto pela Turma julgadora a reparar as lesões sofridas pelo autor em sua esfera imaterial.

Fonte: Jusbrasil

Participação nos lucros depositada em plano de previdência poderá ser isenta de IR

Os recursos de participação nos lucros ou resultados (PLR) depositados pela empresa no plano de previdência complementar dos seus empregados estarão isentos do pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). É o que determina o Projeto de Lei 5398/16, em tramitação na Câmara dos Deputados.

O projeto foi apresentado pelos deputados Goulart (PSD-SP) e Rogério Rosso (PSD-DF) e altera a Lei 7.713/88, que trata do IRPF.

O PLR foi regulamentado pela Lei 10.101/00. A norma prevê a possibilidade de os empregados receberem das empresas participação

nos seus resultados financeiros, segundo a negociação entre estes. É comum, segundo os deputados, que o PLR seja depositado, em nome do empregado e com a concordância dele, no plano de previdência complementar patrocinado pela empresa.

Ausência legal - Os parlamentares explicam que a legislação tributária não define a forma de tributação do PLR depositado. A Lei 7.713 restringe-se a isentar do IRPF os depósitos do empregador no plano de previdência complementar do empregado, sem mencionar a origem. O projeto visa resolver de vez a questão.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo nas comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)